

Política salarial não muda agora

É A GARANTIA DE FERNANDO HENRIQUE A LÍDERES SINDICAIS. MAS FUTURAMENTE OS SALÁRIOS PODERÃO SER REAJUSTADOS PELA MÉDIA.

O plano econômico que o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, anuncia hoje não mudará de imediato a política salarial, segundo ele mesmo garantiu aos sindicalistas com que se reuniu ontem. “Temos a garantia de que a política não muda agora”, disse Luís Antônio Medeiros, presidente da Força Sindical. No documento que FHC divulga hoje, além da explicação de todas as três etapas de seu plano — ajuste fiscal, adoção de novo indexador e transformação deste em moeda (veja matéria ao lado) —, ele também anunciará as principais linhas de uma emenda constitucional que o governo enviará ao Congresso no âmbito da revisão com o objetivo de modificar as atuais regras de aposentadoria e aprofundar o programa de privatização, permitindo a flexibilização do monopólio de algumas áreas.

Conforme os sindicalistas, o plano será recessivo no primeiro momento e seu sucesso dependerá da aprovação do ajuste fiscal pelo Congresso. Os líderes sindicais chegaram a esta conclusão depois de mais de duas horas de reunião com o ministro. “Se o ajuste fiscal não for aprovado não existe a segunda fase do plano”, disse Medeiros.

O ministro reuniu os sindicalistas para buscar apoio ao plano, mas a reação não foi favorável. O presidente da CUT, Jair Meneguelli, disse que o programa só tem duas medidas concretas: aumento de imposto e uma “garfada” nos fundos sociais. Meneguelli e Medeiros criticaram a decisão de FHC de incluir entre os recursos que serão bloqueados parte da receita do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

O governo, segundo os sindicalistas, manterá a política monetária (controle da oferta de dinheiro no mercado) praticando taxas de juros reais (acima da inflação) para evitar uma fuga das aplicações no consumo, bem como a especulação com estoques. O programa de estabilização será executado em “tempos diferentes”, disse Jair Meneguelli.

UR: valor diário.

BC VAI ARBITRAR

“Em todos os planos os salários foram reajustados pela média. O ministro não foi claro sobre o que acontecerá no setor privado”, disse Meneguelli, assegurando que, no caso do setor público, os salários serão reajustados pela média. “A conversão dos salários ao novo índice será na marra, porque todos perderão”, disse Antônio Canindé Pegado, da CGT.

Na primeira fase — que começa hoje com a divulgação da emenda constitucional que bloqueia 15% das receitas da União — o governo lutará pela aprovação do ajuste fiscal no Congresso até o final do ano.

As medidas de ajuste, segundo o representante da Força Sindical, Willy Fischer, envolvem a extinção de dois ministérios e de algumas secretarias. Depois de garantido o ajuste, Fernando Henrique Cardoso passará para o que os técnicos estão chamando de “segundo tempo”. Ou seja, começa a vigorar o novo indexador da economia e a “reforma monetária”, com a transformação do novo índice em uma moeda.

A Unidade de Referência (UR), o novo índice da economia que será criado, deverá ser arbitrada diariamente pelo Banco Central, sem necessidade de um método de cálculo parecido com os demais, nem terá qualquer relação direta com cesta de moedas, informou um dos integrantes da equipe econômica.